

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

CNPJ 01.396.770/0001-68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Em cumprimento aos dispositivos legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração, as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("MAPFRE RE" ou "Resseguradora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP, em consonância com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

O exercício de 2018 foi impactado com inúmeros desafios nos cenários econômicos e políticos, bem como com a caracterização de um mercado de resseguro mais competitivo aqui no Brasil. Apesar de todos os desafios e dificuldades apresentadas neste ano desafiador, a MAPFRE RE, obteve, em 31 de dezembro de 2018, um lucro líquido depois de impostos de R\$ 24.547 milhões. O resultado obtido é fruto de uma prudente política de subscrição combinada com uma equipe com um profundo conhecimento técnico, totalmente focado para a estratégia da Resseguradora e a inovação nos serviços utilizando os mais avançados recursos tecnológicos. Com uma atuação pautada na solvência, a MAPFRE RE, emitiu no exercício prêmios líquidos de comissão o montante de R\$ 183.999 milhões, permanecendo no mesmo patamar em comparação ao ano anterior. Os prêmios de retrocessão líquidos de comissão alcançaram uma redução de 62% em relação ao mesmo período do ano anterior devido a alteração das políticas de retrocessão, onde se definiu uma atuação com maior retenção de risco na Resseguradora.

O índice de sinistralidade do aceito ficou em 97% que combinado com o resultado de retrocessão apresentaram um índice de 75% do prêmio ganho, permanecendo no mesmo patamar em comparação ao ano anterior, neste exercício houve ocorrência de sinistros relevantes na carteira da Resseguradora, que, todavia, não causaram impactos financeiros relevantes devido a política de retrocessão.

As despesas com corretagem atingiram 3% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas administrativas representaram 5% dos Prêmios Ganhos, permanecendo no mesmo patamar em relação ao exercício anterior. Os investimentos da Resseguradora representam um montante de R\$ 392.599 milhões, permanecendo no mesmo patamar em comparação ao exercício anterior.

Como pode ser verificado pelos números apresentados, a MAPFRE RE segue com solidez financeira e liquidez para honrar seus compromissos. Atendendo ao disposto na Circular SUSEP nº 517/15, e posteriores alterações, com base nos dados obtidos em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, a MAPFRE RE do Brasil declara ter capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento", detalhados em nota explicativa específica.

Este ano, comemoramos 10 anos de operação como Ressegurador local no Brasil, a Companhia se orgulha do seu crescimento sustentável, atendendo e gerando retorno aos acionistas e conservando sua liquidez para atender aos compromissos assumidos.

Nos últimos dois anos, a Resseguradora mudou sua estratégia e apesar da redução sistemática de prêmios às margens de lucros se mantém estáveis não impactando negativamente no negócio.

Deve-se ressaltar ainda, o crescimento de nossa carteira com diversos clientes que acreditam e buscam nosso conhecimento técnico, bem como a qualidade no atendimento diferenciado das demandas solicitadas pela MAPFRE RE do Brasil.

Ao comemorar junto com nossos clientes esse marco em nossa história, nosso maior objetivo é atender com alta performance as suas demandas e seguir crescendo e contribuindo com a economia brasileira, mantendo sempre uma postura prudente na subscrição e na excelência técnica dos serviços prestados, focando na inovação e desenvolvimento dos serviços de resseguros, através da utilização dos mais avançados recursos tecnológicos.

Que esse aniversário seja um marco numa nova era de renovação de energia e que consolidemos nossa marca no mercado brasileiro para contribuir para o desenvolvimento do mercado de resseguros no país.

A Administração da MAPFRE RE aproveita, ainda, a oportunidade para agradecer o apoio e orientações oferecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e às demais autoridades do setor, bem como aos nossos acionistas, parceiros e clientes pela confiança depositada, aos nossos profissionais, pela dedicação, qualidade e técnica nos trabalhos prestados e a cada colaborador que esteve conosco no passado e que deixaram sua marca impressa no desenvolvimento da MAPFRE RE no Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante		590.461	578.190	Circulante		256.579	272.916
Disponível		17.638	11.886	Contas a pagar		2.457	15.568
Caixa e bancos	4	17.638	11.886	Obrigações a pagar	12a	1.509	12.564
Equivalentes de caixa	4	291	289	Impostos e encargos sociais a recolher		276	2.088
Aplicações	5	363.818	368.094	Encargos trabalhistas		560	649
Créditos das operações com resseguros e retrocessão		6a1 139.510	126.545	Impostos e contribuições	11	112	267
Operações com seguradoras	6a1	113.562	91.440	Débitos de operações com resseguros e retrocessão		39.559	48.568
Operações com resseguradoras	6a1	25.948	35.105	Operações com resseguradoras	6a2	36.212	46.815
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas		15 51.559	55.413	Corretores de resseguros		3.347	1.753
Títulos e créditos a receber		17.636	15.954	Depósitos de terceiros		10 15.805	1.727
Títulos e créditos a receber		5	5	Provisões técnicas - resseguradoras	15	198.758	207.053
Créditos tributários e previdenciários	7	17.524	15.882	Não circulante		404.347	397.960
Outros créditos		107	67	Contas a pagar		-	1.261
Despesas antecipadas		9	9	Outras contas a pagar		-	1.261
Não circulante		259.890	268.968	Provisões técnicas - resseguradoras	15	404.347	396.699
Realizável a longo prazo		255.426	264.370	Patrimônio líquido		13 189.425	176.282
Aplicações	5	28.781	27.959	Capital social		100.040	84.840
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	15	226.645	236.411	Aumento de capital social		-	15.200
Imobilizado	8	4.463	4.596	Reserva de lucros		89.385	76.242
Imóveis de uso próprio		3.877	3.939				
Bens móveis		586	657				
Intangível		1	2				
Outros intangíveis		1	2				
Total do ativo		850.351	847.158	Total do passivo e do patrimônio líquido		850.351	847.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital social (em aprovação)	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	84.840	-	6.655	80.319	-	171.814
Patrimônio líquido e recursos para aumento de capital:						
Aumento de capital em aprovação - AGE de 16 de outubro de 2017	-	15.200	-	(15.200)	-	-
Distribuição de dividendos - AGE de 16 de outubro de 2017	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Resultado do exercício						
Proposta de distribuição do lucro do exercício:					31.710	31.710
Reserva legal	-	-	1.585	-	(1.585)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(12.242)	(12.242)
Reserva estatutária	-	-	-	17.883	(17.883)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	84.840	15.200	8.240	68.002	-	176.282
Patrimônio líquido e recursos para aumento de capital:						
Aprovação do aumento de capital, conforme Portaria SUSEP/DIORG nº 771, de 01 de fevereiro de 2018	15.200	(15.200)	-	-	-	-
Resultado do exercício						
Proposta de distribuição do lucro do exercício:					24.547	24.547
Reserva legal	-	-	1.227	-	(1.227)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(11.404)	(11.404)
Reserva estatutária	-	-	-	11.916	(11.916)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.040	-	9.467	79.918	-	189.425

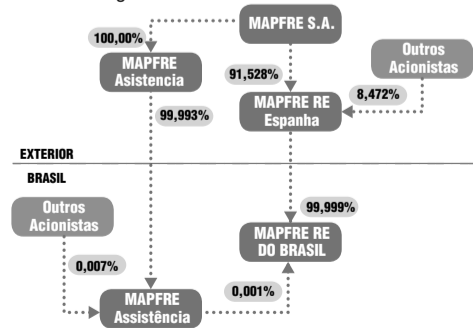
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (doravante designada por "Resseguradora" ou "Companhia"), com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima.

O controle acionário da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros é exercido pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, tendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros.



2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras

estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. A Administração da Resseguradora considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2019. A Resseguradora reclassificou as comissões de resseguro pagas aos corretores de resseguros da rubrica "Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros" para "Pagamentos de sinistros e comissões" e os demais impostos que estavam apresentados na rubrica "Impostos e contribuições pagos" foram reclassificados para a rubrica "Pagamentos de despesas e obrigações", tal reclassificação se deve em função ao CPC 03, que orienta a apresentação na linha "Impostos e contribuições pagos" apenas o imposto de renda e a Contribuição Social sobre o lucro, tais alterações foram realizadas na "Demonstração dos fluxos de caixa - método direto". Essas reclassificações foram realizadas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais ajustes, não impactaram o fluxo de caixa gerado/(consumido) nas atividades operacionais do exercício. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos	18c	183.999	182.321
Variações das provisões técnicas		3.702	1.365
Prêmios ganhos	18a	187.701	183.686
Sinistros ocorridos	18d	(182.118)	(141.867)
Custos de aquisição	18e	(5.622)	(3.629)
Outras receitas e despesas operacionais	18j	(7.682)	(2.780)
Resultado com retrocessão	18f	32.055	(5.717)
Despesas administrativas	18g	(9.430)	(10.203)
Despesas com tributos	18h	(8.122)	(7.605)
Resultado financeiro	18i	28.955	36.210
Receitas financeiras		57.370	55.699
Despesas financeiras		(28.415)	(19.489)
Resultado patrimonial		62	60
Resultado operacional		35.799	48.155
Perdas com ativos não correntes		(7)	(19)
Resultado antes dos impostos e participações		35.792	48.136
Imposto de renda	19	(5.646)	(8.540)
Contribuição social	19	(4.803)	(7.066)
Participações sobre o lucro		(796)	(820)
Lucro líquido do exercício		24.547	31.710
Quantidade de ações		83.494.279	83.494.279
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,29	0,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	24.547	31.710
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício líquido dos impostos	24.547	31.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais	2018	2017
Recebimentos de prêmios de resseguro e outros	161.913	187.259
Recuperações de sinistros e comissões	88.073	43.413
Outros recebimentos operacionais	25.302	18.428
Pagamentos de sinistros e comissões	(186.242)	(117.154)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(26.993)	(41.151)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(27.818)	(24.058)
Pagamentos de despesas e obrigações	(17.616)	(15.815)
Pagamentos de participações nos resultados	(836)	(803)
Caixa gerado pelas operações	15.783	50.119
Impostos e contribuições pagos	(13.927)	(18.013)
Juros pagos	(380)	(185)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(145.243)	(47.488)
Vendas e resgates	173.307	44.550
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	29.540	28.983
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(234)	(588)
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	94	110
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(140)	(478)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	-	(15.000)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(23.646)	(9.324)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(23.646)	(24.324)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.754	4.181
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.175	7.994
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.929	12.175

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	24.547	31.710
Depreciações e amortizações	267	238
Pagamento de juros sobre o capital próprio	12.242	(2.918)
Perdas com ativos não correntes	7	19
Variações das contas de:		
Aplicações financeiras	3.454	(38.929)
Crédito das operações de resseguro	(12.965)	(7.331)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	13.620	12.932
Títulos e créditos a receber	(1.682)	(2.076)
Despesas antecipadas	-	(2)
Contas a pagar	(14.372)	2.737
Débito das operações de resseguro	(9.009)	8.094
Depósito de terceiros	14.078	553
Passivos de resseguro - provisões técnicas	(647)	23.956
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	29.540	28.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua - ☆



☆ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; - Nota 5 - Aplicações financeiras; - Nota 6 - Operações com seguradoras e resseguradoras; - Nota 15 - Provisões técnicas. (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil; e, Nota 17 - Gerenciamento de riscos. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, as provisões e ativos ligados às provisões técnicas, tiveram seus valores divulgados no ativo/passivo não circulante através dos percentuais apurados pelo estudo do Teste de Adequação de Passivo (TAP). **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Resseguradora, encontra-se: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros: Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com resseguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de resseguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17. A IFRS 17 - Contratos de seguros: A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de resseguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. Os normativos CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário disponível em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis compreendidos no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor justo, e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas. **b) Ativos financeiros:** A Resseguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) empréstimos e recebíveis; e (v) determinação do valor justo. A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Resseguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários, que são avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados com a finalidade de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na Nota nº 5. **c) Contratos de resseguros:** A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas "cedentes"). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emissor aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11. **d) Prêmios de resseguros e custos de aquisição diferidos:** Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do período de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e comissões são registrados por estimativa e ajustados no momento em que as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Essas estimativas são revisadas e recalculadas mensalmente. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

f) Intangível: Compreende softwares cuja amortização é efetuada a taxas anuais de 20%. **g) Redução ao valor recuperável:** Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor

contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **h) Teste de adequação do passivo:** Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de resseguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de resseguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517/2015. Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas correntes. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhadas com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente considerando as taxas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco e cupom cambial definida pela SUSEP. Caso seja identificada insuficiência das provisões de prêmios, deve ser constituída a provisão complementar de cobertura para reconhecer esse montante. Os ajustes decorrentes de insuficiência nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada (SUSEP)
Grupo de ramo	Sinistralidade
Resseguros de Danos	59,9%
Resseguros de Pessoas	97,2%

i) Provisões técnicas: As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die" e atualizada monetariamente, quando aplicável. A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição, grupo de ramo e tipo de negócio, deduzindo-se os sinistros avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos dos últimos 36 meses e são definidos com base na experiência histórica da Companhia. A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER), é constituída, por meio de estimativa, para complementar a PSL na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar possível insuficiência dos sinistros informados pelas Seguradoras e/ou Resseguradoras e a avaliação será realizada pela administração da Companhia. A provisão de excedentes técnicos (PET), é constituída para os contratos com cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e a participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação a sinistros, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da aplicação e procedimentos para tratar os sinistros) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas. Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores e são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios a serem pagos por contratos de retrocessão, consistente com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação de retrocessão são amortizados durante o período de vigência do risco dos contratos. **j) Patrimônio líquido:** **i. Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por R\$ 494.279 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. **ii. Juros sobre o capital próprio:** A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Resseguradora. Para fins de divulgação é realizada a demonstração a título de juros sobre o capital próprio (JCP) na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) conforme estabelecido pela SUSEP. O benefício tributário dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **iii. Dividendos:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas. **iv. Reserva legal:** É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido no final de cada exercício até atingir 20% do capital social. **v. Reservas estatutárias:** O montante de lucros não destinado à remuneração dos acionistas e a reserva legal será retido em reservas estatutárias, até o limite do capital social no final de cada exercício. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. As antecipações das estimativas mensais realizadas a título de imposto de renda e contribuição social são registradas como redutoras na linha de "Impostos e contribuições" no passivo circulante. **l) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **i. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos cancelamentos, devoluções, abatimentos e dos descontos concedidos. O reconhecimento ocorre quando: (i) o valor desta pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos. **ii. Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos contemplam os prêmios efetivos acrescidos da parcela de prêmios estimados (EPI), sendo reconhecidos na data do início de vigência do contrato de resseguro e ajustados quando do recebimento das prestações de contas recebidas das cedentes. **iii. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos. **m) Participação nos lucros:** A Resseguradora registra mensalmente a provisão da participação nos lucros com base no programa anual de participação dos empregados nos lucros da Resseguradora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Títulos		
Numerários disponíveis e saldos em bancos	17.638	11.886
Caixa e bancos	17.638	11.886
Aplicações em fundos de alta liquidez não oferecidos em garantia das provisões técnicas	291	289
Equivalentes de caixa	291	289
Total	17.929	12.175

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição das aplicações financeiras:

	Vencimento		Ativos				Total				
	1 a 30 dias (A)	Acima de 360 dias (B)	Sem vencimento (C)	Valor contábil (D = A + B + C)	Valor curva (E)	Valor justo (F)	Ganho/(perda) não realizada (F - E)	2018 (D)	% (D)	2017 (G)	% (G)
Títulos											
Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	72.197	291.649	(28)	363.818	363.882	363.818	(64)	363.818	92,67%	368.094	92,94%
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:											
Letras financeiras do tesouro - LFT (a)	-	43.364	-	43.364	43.363	43.364	1	43.364	11,04%	40.708	10,28%
Fundos exclusivos:											
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:											
Letras financeiras do tesouro - LFT (a)	-	248.282	-	248.282	248.347	248.282	(65)	248.282	63,24%	253.180	63,92%
Operações compromissadas (b)	72.197	-	-	72.197	72.197	72.197	-	72.197	18,38%	74.228	18,74%
Títulos da dívida agrária - TDA	-	3	-	3	3	3	-	3	0,01%	5	0,00%
Caixa/contas a pagar	-	-	(28)	(28)	(28)	(28)	-	(28)	0,00%	(27)	0,00%
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	28.781	-	28.781	28.781	31.329	2.548	28.781	7,33%	27.959	7,06%
Fundos exclusivos:											
Vinculados à cobertura de reservas técnicas:											
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	11.416	-	11.416	11.416	12.406	990	11.416	2,91%	11.236	2,84%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	17.365	-	17.365	17.365	18.923	1.558	17.365	4,42%	16.723	4,22%
Total Geral	72.197	320.430	(28)	392.599	392.663	395.147	2.484	392.599	100,00%	396.053	100,00%

(a) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento, os quais estão registrados no Ativo Circulante em razão de sua liquidez imediata. (b) Composto substancialmente por títulos públicos utilizados como lastro para operações compromissadas, contabilizados pelo custo de aquisição e acrescidos de rentabilidade do período, tendo seu valor contábil muito próximo ao valor de mercado. **Quotas de fundo de investimento e títulos em carteira própria:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas

instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos

continua →



☆ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Resseguradora possui ativos de títulos público classificados no Nível 1 e ativos de TDA e operações compromissadas no Nível 2.

b) Taxa de juros contratada:

Descrição títulos	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Operações compromissadas	6,38	6,38	6,88	6,88
TDA	10,04	10,03	10,04	10,03
LFT	12,31	6,50	14,33	7,24
NTN-B	6,00	4,84	6,00	4,84
NTN-F	12,70	10,60	12,70	10,60

c) Movimentação das aplicações financeiras:

Descrição	2018	2017
Saldo no início do exercício	396.053	357.124
Aplicações	145.243	47.488
Resgates	(173.307)	(44.550)
Rendimentos	24.610	35.991
Saldo no final do exercício	392.599	396.053

6. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS E RESSEGURADORAS

a) Operações com seguradoras e resseguradoras:

a.1) *Créditos das operações com seguros e resseguros*: Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradoras estão assim apresentados:

	2018	2017
Operações com seguradoras		
Prêmios de resseguros aceitos estimados - EPI (a)	37.388	30.536
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (b)	76.168	60.904
Sinistros a recuperar (c)	6	-
Total	113.562	91.440

Operações com resseguradoras

	2018	2017
Prêmios de retrocessão aceitos estimados - EPI (a)	176	182
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (b)	192	217
Sinistros a recuperar (c)	24.749	33.729
Outros créditos a receber	831	977
Total	25.948	35.105
Total	139.510	126.545

(a) Vide nota 6b2. (b) Vide nota 6b1. (c) A Resseguradora mantém um estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que as recuperações de sinistros possam estar deterioradas. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, retrocessionários com valores já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para os retrocessionários em negociação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o estudo não identificou necessidade de constituição de redução ao valor recuperável (RVR).

a.2) *Débitos de operações com seguros e resseguros*: Os saldos de débito de operações com resseguradoras estão assim apresentados:

	2018	2017
Prêmios de retrocessão cedidos estimados - EPI (a)	8.442	6.128
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (b)	27.759	40.687
Sinistros	11	-
Total	36.212	46.815

(a) Vide nota 6b2. (b) Vide nota 6b1.

b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos:

b.1) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2018	2017	2018	2017
Patrimonial	47.899	30.464	7.176	18.003
Riscos financeiros	17.672	18.123	18.011	20.415
Pessoas coletivo	4.843	1.038	(457)	(617)
Transportes	2.846	4.405	1.700	1.453
Rural	1.282	669	1.073	650
Responsabilidade civil	1.055	374	311	608
Automóvel	423	401	-	-
Marítimos	302	226	(55)	16
Habitacional	38	4.434	-	-
Petróleo	-	958	-	148
Aeronáuticos	-	20	-	11
Pessoas individual	-	9	-	-
Total	76.360	61.121	27.759	40.687

b.2) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)*:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2018	2017	2018	2017
Patrimonial	17.333	14.381	4.010	4.140
Pessoas coletivo	7.114	7.370	-	-
Riscos financeiros	5.326	5.064	595	1.606
Responsabilidade civil	3.652	117	3.447	38
Pessoas individual	3.297	2.261	-	-
Rural	358	344	358	344
Transportes	343	245	32	-
Habitacional	97	924	-	-
Marítimos	44	12	-	-
Total	37.564	30.718	8.442	6.128

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". Vide nota 6a1. (**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 6a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos:

c.1) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	61.121	59.638	40.687	27.150
Constituições/(baixas)	15.239	1.483	(12.928)	13.537
Saldo no final do exercício	76.360	61.121	27.759	40.687

c.2) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados*:

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	30.718	37.138	6.128	11.916
Constituições/(baixas)	6.846	(6.420)	2.314	(5.788)
Saldo no final do exercício	37.564	30.718	8.442	6.128

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". (**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros".

d) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos: d.1) *Prazos médios de recebimento*: A Resseguradora possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem acertos e prazos médios de pagamentos distintos, o prazo de parcelamento médio em 31 de dezembro de 2018 é de 80 dias (70 dias em 2017). d.2) *Prazos de realização por data de vencimento dos prêmios emitidos*:

Vencendo	Prêmios a receber (a)		Prêmios retrocedidos (b)	
	2018	2017	2018	2017
1 a 30 dias	9.349	6.352	9.773	18.716
31 a 60 dias	15.620	12.792	-	-
61 a 120 dias	13.393	15.620	-	-
121 a 180 dias	22.299	2.278	-	-
181 a 365 dias	5.929	3.579	-	-
Acima de 365 dias	549	17.035	16.201	18.326
Total vincendos	67.139	57.656	25.974	37.042
Vencidos				
31 a 60 dias	5.006	1.977	-	-
61 a 120 dias	1.963	395	375	102
121 a 180 dias	1.264	290	-	-
181 a 365 dias	988	803	(278)	2.131
Acima de 365 dias	-	-	1.688	1.412
Total vencidos	9.221	3.465	1.785	3.645
Total de prêmios a receber efetivos	76.360	61.121	27.759	40.687

(a) Vide nota 6a1. (b) Vide nota 6a2.

A Resseguradora mantém estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que os prêmios de resseguro a receber possam estar deteriorados. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, clientes com saldos de prêmios já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros e tratamento especial para clientes em negociação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o estudo não identificou necessidade de constituição de "Provisão de créditos para liquidação duvidosa (PCLD)".

d.3) *Prazos médios de realização por data de vencimento dos prêmios estimados (EPI)*:

Vencendo	2018	2017
1 a 30 dias	29.990	17.727
31 a 60 dias	5.831	11.751
61 a 120 dias	1.743	1.240
Total de prêmios a receber (EPI)	37.564	30.718

Os critérios de realização foram compostos de acordo com o prazo de envio da prestação de contas definido nos contratos de resseguro.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Circulante

	2018	2017
Imposto de renda a compensar	5.555	2.497
Contribuição social a compensar	6.867	4.502
Antecipação do imposto de renda (a)	2.257	4.094
Antecipação da contribuição social (a)	1.562	3.079
COFINS a compensar	551	473
PIS a compensar	167	147
Imposto de renda sobre adições temporárias	102	291
Contribuição social sobre adições temporárias	81	233
Outros impostos	382	566
Total	17.524	15.882

(a) Nestas rubricas, são registrados os pagamentos de estimativa mensais do imposto de renda e contribuição social pagos a maior.

8. ATIVO IMOBILIZADO

Imobilizado	2018				Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Imóveis (a)	3.939	-	-	(62)	3.877
Móveis e utensílios	120	21	-	(58)	83
Veículos	427	-	(95)	(87)	245
Equipamentos	110	213	(6)	(59)	258
Total	4.596	234	(101)	(266)	4.463

Imobilizado	2017				Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Imóveis (a)	4.000	-	-	(61)	3.939
Móveis e utensílios	157	20	-	(57)	120
Veículos	134	502	(129)	(80)	427
Equipamentos	83	66	-	(39)	110
Total	4.374	588	(129)	(237)	4.596

(a) O valor registrado na rubrica de "Imóveis" compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora.

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas estão assim apresentadas:

Partes relacionadas	País	Descrição	2018	2017	2018	2017
			Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A.	Espanha	Prêmios cedidos em retrocessão	(6.734)	(3.880)	(1.852)	(21.898)
		Recuperação de sinistros	13.332	4.373	14.355	13.656
		Outras receitas operacionais	74	87	76	862
MAPFRE Global Risks, Cia. Intl. de Seg.y Resseguros S.A.	Espanha	Prêmios cedidos em retrocessão	(16.045)	(25.762)	-	(1.042)
		Recuperação de sinistros	-	218	-	-
		Outros créditos a receber	587	889	-	46
Grupo MAPFRE	Brasil	Operações de resseguro	29.387	19.648	(22.406)	(16.681)
		Operações de seguros	-	-	(45)	(39)
		Operações de previdência privada	-	-	(120)	(132)

A Resseguradora efetuou operações de resseguro com empresas do Grupo BB & MAPFRE e Grupo MAPFRE Brasil.

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2018	2017
Honorários de diretoria	1.338	1.927
Encargos sobre honorários da diretoria	208	385
Participação nos lucros	286	581

A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos supramencionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".

10. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os saldos de depósitos de terceiros estão assim apresentados:

	2018	2017
De 1 a 30 dias	15.540	1.199
De 31 a 60 dias	264	22
De 61 a 120 dias	1	206
De 121 a 180 dias	-	300
Total	15.805	1.727

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Circulante

	2018	2017
Imposto de renda a recolher	5.456	8.704
Antecipação de imposto de renda	(5.456)	(8.704)
Contribuição social a recolher	4.651	7.197
Antecipação de contribuição social	(4.651)	(7.197)
COFINS a recolher	96	230
PIS a recolher	16	37
Total	112	267

12. CONTAS A PAGAR

Circulante

Obrigações a pagar	2018	2017
Provisões diversas ineditivas	621	1.215
Provisão de participação nos lucros	776	816
Fornecedores e prestadores de serviços	109	119
Remunerações a pagar	3	9
Juros sobre o capital próprio a pagar	-	10.405
Total	1.509	12.564

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e totalmente integralizado está representado por R\$ 100.040 (R\$ 100.040 em 2017), dividido em 83.494.279 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas/quotistas	Quantidade de ações		Valor (em R\$)	
	2018	2017	2018	2017
MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A.	83.494.278	100.039.583	83.494.278	100.039.583
MAPFRE Assistência S.A.	1	1	1	1
Total	83.494.279	100.039.584	83.494.279	100.039.584

b) Juros sobre o capital próprio: Em 31 de dezembro de 2018, de acordo com a deliberação dos acionistas, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base nos resultados apurados no exercício de 2018 no valor de R\$ 11.404 (R\$

☆ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

15. PROVISÕES TÉCNICAS

Detalhamento das provisões técnicas:

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total (a)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Patrimonial	57.343	54.852	113.799	230.855	168.789	30.451	3.381	2.827	343.312
Responsabilidade civil	3.032	1.252	7.346	10.286	7.333	841	-	5	17.711	12.384
Automóvel	415	417	223	632	751	136	-	-	1.389	1.185
Transportes	4.407	5.630	4.289	10.745	4.057	1.664	-	-	12.753	18.039
Riscos financeiros	31.247	40.554	87.937	121.655	19.624	7.966	3.653	2.789	142.461	172.964
Pessoas coletivo	6.824	2.519	13.736	27.026	25.650	5.505	4.574	4.959	50.784	40.009
Habitacional	632	3.021	308	9.422	3.707	2.148	2.817	4.372	7.464	18.963
Rural	1.150	799	963	1.884	1.962	337	8	-	4.083	3.020
Pessoas individual	2.750	1.889	-	2.819	15.563	819	1.409	1.199	19.722	6.726
Marítimos	506	372	422	1.689	693	228	459	458	2.080	2.747
Aeronáuticos	2	-	742	5.546	81	545	-	-	825	6.091
Petróleo (c)	11	11	510	2.523	-	105	-	-	521	2.639
Provisões técnicas brutas (a)	108.319	111.316	230.275	425.082	248.210	50.745	16.301	16.609	603.105	603.752

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total (b)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Patrimonial	3.666	7.787	62.303	104.332	72.319	13.568	856	921	139.144
Responsabilidade civil	1.844	417	3.080	5.112	3.498	410	-	-	8.422	5.939
Automóvel	-	-	-	16	48	-	-	-	48	16
Transportes	24	-	380	1.147	1.759	138	-	-	2.163	1.285
Riscos financeiros	23.459	34.677	77.665	105.345	15.913	5.642	2.959	2.190	119.996	147.854
Pessoas coletivo	-	-	1.445	1.900	673	89	1.394	1.652	3.512	3.641
Habitacional	-	-	1	-	75	-	-	-	76	-
Rural	1.150	785	766	1.250	1.827	317	-	-	3.743	2.352
Pessoas individual	-	-	-	-	-	-	8	13	8	13
Marítimos	-	7	36	156	51	18	206	205	293	386
Aeronáuticos	-	-	735	2.711	64	484	-	-	799	3.195
Petróleo (c)	-	-	-	430	-	105	-	-	-	535
Ativos de retrocessão (b)	30.143	43.673	146.411	222.399	96.227	20.771	5.423	4.981	278.204	291.824

	2018	2017
Ativos de retrocessão (b)	30.143	43.673
Provisões técnicas líquidas (a) - (b)	78.176	67.643
Ativos de retrocessão (b)	146.411	222.399
Provisões técnicas líquidas (a) - (b)	83.864	202.683
Ativos de retrocessão (b)	96.227	20.771
Provisões técnicas líquidas (a) - (b)	151.983	29.974
Ativos de retrocessão (b)	5.423	4.981
Provisões técnicas líquidas (a) - (b)	10.878	11.628
Ativos de retrocessão (b)	278.204	291.824
Provisões técnicas líquidas (a) - (b)	324.901	311.928

(a) Os valores estão compostos na linha "Provisões técnicas - resseguradoras", onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 198.758 (R\$ 207.053 em 2017) e no longo prazo de R\$ 404.347 (R\$ 396.699 em 2017). (b) Os valores estão compostos na linha "Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas", onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 51.559 (R\$ 55.413 em 2017) e no longo prazo de R\$ 226.645 (R\$ 236.411 em 2017). (c) O grupo de ramo riscos especiais foi segregado em riscos de petróleo, riscos nucleares e satélites, conforme Circular SUSEP nº 535, de 28 de abril de 2016.

a) Passivos de contratos de resseguros - movimentação:

	2018					2017				
	PPNG	PSL	IBNR	PET	TOTAL	PPNG	PSL	IBNR	PET	TOTAL
Saldo no início do exercício	111.316	425.082	50.745	16.609	603.752	114.534	373.891	76.809	14.562	579.796
Constituições	15.340	-	232.850	2.978	251.168	23.300	-	4.105	4.441	31.846
Reversões	(18.734)	-	(35.385)	(3.286)	(57.405)	(26.712)	-	(30.169)	(2.394)	(59.275)
Avisos de Sinistros	-	175.361	-	-	175.361	-	117.401	-	-	117.401
Varição de IBNER	-	(190.708)	-	-	(190.708)	-	50.530	-	-	50.530
Pagamentos de sinistros	-	(181.904)	-	-	(181.904)	-	(117.335)	-	-	(117.335)
Oscilação cambial	397	2.444	-	-	2.841	194	595	-	-	789
Saldo no final do exercício	108.319	230.275	248.210	16.301	603.105	111.316	425.082	50.745	16.609	603.752

b) Ativos de contratos de resseguros (retrocessão) - movimentação

	2018					2017				
	PPNG	PSL	IBNR	PET	TOTAL	PPNG	PSL	IBNR	PET	TOTAL
Saldo no início do exercício	43.673	222.399	20.771	4.981	291.824	50.374	205.285	44.336	4.761	304.756
Constituições	6.517	-	107.569	1.038	115.124	18.683	-	5.418	585	24.686
Reversões	(20.180)	-	(32.113)	(596)	(52.889)	(25.400)	-	(28.983)	(365)	(54.748)
Avisos de Sinistros	-	97.775	-	-	97.775	-	50.974	-	-	50.974
Varição de IBNER	-	(98.571)	-	-	(98.571)	-	21.156	-	-	21.156
Pagamentos de sinistros	-	(76.909)	-	-	(76.909)	-	(55.415)	-	-	(55.415)
Oscilação cambial	133	1.717	-	-	1.850	16	399	-	-	415
Saldo no final do exercício	30.143	146.411	96.227	5.423	278.204	43.673	222.399	20.771	4.981	291.824

16. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos designados em garantia das provisões técnicas estão assim compostos:

	2018		2017		Prêmios emitidos brutos (a)		Comissões de resseguros (cedentes) (b)		Prêmios líquidos (c) = (a) - (b)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Total dos ativos financeiros garantidores	392.599	396.053			139.029	126.811	16.359	17.580	122.670	109.231
Provisões técnicas					24.127	30.875	9.246	8.915	14.881	21.960
(+) Provisão de resseguro - PPNG	108.319	111.316			20.305	15.453	6.374	1.120	13.931	14.333
(+) Provisão de sinistros - PSL	230.275	425.082			13.279	9.616	-	855	13.279	8.761
(+) Provisão de sinistros - IBNR	248.210	50.745			6.505	1.993	567	119	5.938	1.874
(+) Provisão de resseguro - PET	16.301	16.609			6.175	10.847	467	539	5.708	10.308
Total das provisões técnicas (a)	603.105	603.752			5.966	17.173	2.284	5.320	3.682	11.853
Ativos redutores de provisões técnicas					2.520	2.024	553	279	1.967	1.745
(-) Provisão de resseguro - PPNG (*)	19.185	25.535			1.351	1.176	-	-	1.351	1.176
(-) Provisão de sinistros - PSL	146.411	222.399			620	849	30	112	590	737
(-) Provisão de sinistros - IBNR	96.227	20.771			3	216	1	-	2	216
(-) Provisão de resseguro - PET	5.423	4.981			-	127	-	-	-	127
(-) Direitos creditórios (**)	23.098	19.930			-	-	-	-	-	-
Total dos ativos redutores (b)	290.344	293.616			219.880	217.160	35.881	34.839	183.999	182.321
Total a ser coberto (a) - (b)	312.761	310.136								
Suficiência (vide nota 14b)	79.838	85.917								

(*) O valor informado está calculado de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015.

(**) Utilização dos direitos creditórios, conforme disposto nos artigos 59 e 60, da Circular SUSEP nº 517/2015.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Resseguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de resseguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Resseguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Resseguradora conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes do modelo internacional COSO II-ERM e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como teste de adequação de passivos, análises de sensibilidade, indicadores de solvência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos com resultados de alta avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê diretivo:** este comitê tem por finalidade zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Resseguradora, bem como definir a estratégia de negócios. A Administração revisa e estabelece políticas para gestão dos riscos de resseguro, crédito, liquidez, mercado e operacional, os quais são resumidos a seguir: **Risco de resseguro:** O principal risco para a Resseguradora nos contratos de resseguro é o de que pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas de sinistralidade para os contratos. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua severidade, valores efetivamente pagos e, histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Resseguradora é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos. A exposição de risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguros. A diversificação de riscos é também melhorada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudenciais sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes. As diretrizes de avaliação de riscos são mensuradas conforme critérios estabelecidos pela MAPFRE RE, Companhia de Resseguros S.A. A Resseguradora retrocede e adquire proteções como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais. Na retrocessão proporcional, a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que seus sinistros são recuperados. As proteções são compradas em bases não proporcionais. Nas proteções a retrocessionária se compromete a pagar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda da Resseguradora. **Prêmios emitidos por tipo de contrato:** A Resseguradora não realiza a segregação dos prêmios por região geográfica brasileira. Para fins de análise de risco, o Brasil é utilizado como uma única região geográfica e a Resseguradora faz a análise de prêmios considerando-o uma única região. A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos e o comissionamento dos contratos de resseguros por grupo de ramos:

	2018		2017		Prêmios emitidos brutos (a)		Comissões de resseguros (cedentes) (b)		Prêmios líquidos (c) = (a) - (b)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Patrimonial	139.029	126.811	16.359	17.580	122.670	109.231				
Riscos financeiros	24.127	30.875	9.246	8.915	14.881	21.960				
Pessoas coletivo	20.305	15.453	6.374	1.120	13.931	14.333				
Pessoas individual	13.279	9.616	-	855	13.279	8.761				
Responsabilidade civil	6.505	1.993	567	119	5.938	1.874				
Transporte	6.175	10.847	467	539	5.708	10.308				
Habitacional	5.966	17.173	2.284	5.320	3.682	11.853				
Rural	2.520	2.024	553	279	1.967	1.745				
Automóvel	1.351	1.176	-	-	1.351	1.176				
Marítimo	620	849	30	112	590	737				
Aeronáutico	3	216	1	-	2	216				
Petróleo	-	127	-	-	-	127				
Total	219.880	217.160	35.881	34.839	183.999	182.321				

A tabela abaixo demonstra a concentração dos prêmios emitidos líquidos dos contratos de retrocessão por grupos de ramos:

	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017
Patrimonial	101.566	73.593		
Pessoas coletivo	13.922	14.951		
Pessoas individual	13.279	8.761		
Riscos financeiros	11.637	10.042		
Transporte	5.650	10.301		
Habitacional	3.661	11.854		
Responsabilidade civil	1.723	1.341		
Automóvel				

☆ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ 01.396.770/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Sinistros brutos de Retrocessão

	Ano de subscrição do contrato										
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
Montante avisado de sinistros											
No ano de subscrição	80.480	10.635	9.241	17.803	31.981	67.099	75.854	25.432	27.790	28.387	374.702
Um ano após o ano de subscrição	-	57.825	41.818	44.888	87.068	90.329	99.722	116.334	82.287	50.176	670.447
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	17.572	16.261	36.831	12.134	22.245	22.034	39.576	16.242	182.895
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	4.234	9.388	69.072	30.477	7.721	2.858	2.192	125.942
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	(1.227)	3.087	(1.815)	6.562	(876)	2.092	7.823
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	6.044	28.173	6.208	6.397	1.964	48.786
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	10.318	7.159	(6.436)	(517)	10.524
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	5.070	457	(492)	5.035
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.982)	839	(4.143)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.777	2.777
Total de sinistros avisados até a data-base (2018)	80.480	68.460	68.631	83.186	164.041	247.765	264.974	196.520	147.071	103.660	1.424.788
Pagamento de sinistros efetuados	63.826	31.794	57.042	74.380	151.078	165.780	232.102	183.131	138.997	96.383	1.194.513
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2018)	16.654	36.666	11.589	8.806	12.963	81.985	32.872	13.389	8.074	7.277	230.275

Recuperação de sinistros de Retrocessão

	Ano de subscrição do contrato										
	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
Montante avisado de sinistros											
No ano de subscrição	85.546	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	250.770
Um ano após o ano de subscrição	-	4.150	2.094	19.449	20.296	25.817	56.096	61.877	61.877	22.972	307.819
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	3.067	10.449	3.200	2.556	10.843	(6.313)	22.376	8.353	54.531
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	(44)	2.684	60.241	26.880	4.406	5.289	567	100.023
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	(2)	5.711	(3.155)	2.422	(1.676)	1.368	4.668
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	(230)	23.049	1.908	3.948	666	29.341
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	10.975	3.397	(5.214)	(193)	8.965
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	2.355	438	283	3.076
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.079)	372	(5.707)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	847	847
Total de sinistros avisados até a data-base (2018)	85.546	7.327	9.569	47.602	38.958	125.742	183.922	115.920	98.181	41.566	754.333
Pagamento de sinistros efetuados	54.557	5.948	3.227	46.836	34.151	58.219	164.982	109.130	92.029	38.843	607.922
Sinistros pendentes - saldo contábil na data-base (2018)	30.989	1.379	6.342	766	4.807	67.523	18.940	6.790	6.152	2.723	146.411

À medida que os sinistros ocorrem e existe maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido.

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Resseguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivo que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte das seguradoras; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento; e c) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de resseguro/retrocessão:** A Administração entende que, no que se refere às operações de resseguros, há uma exposição moderada ao risco de crédito, uma vez que a Resseguradora opera com ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e com diversos produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de retrocessão, a Resseguradora está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias individuais. Os procedimentos de retrocessão só podem ser alterados e efetivados mediante prévia análise creditícia da contraparte e de autorização expressa da controladora. As aplicações financeiras que demonstram a exposição máxima ao risco de crédito e itens como compromissos futuros, é apresentada pelo valor bruto, antes do efeito da mitigação, por meio do uso de contratos principais de liquidação ou avais (Nota 5).

Ativos financeiros

Títulos públicos (*)	Agência	Rating		Valor Contábil	
		2018	2017	2018	2017
Standard & Poor's	AAA	AA-	392.599	396.053	

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 72.197 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 74.228 em 2017), com lastro em títulos públicos.

O sistema de classificação de risco de crédito está fundamentado em uma série de estudos financeiros, combinados com informações mercadológicas processadas de modo a fornecer os principais insumos para a mensuração dos riscos de uma contraparte. Todos os ratings internos de risco são adaptados às diferentes categorias e obtidos de acordo com a política de classificação de riscos adotada pela Resseguradora. Os ratings de risco atribuídos são avaliados e atualizados periodicamente. A Resseguradora avaliou os ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme tabela abaixo:

Resseguradores (a)	Agência	Certificadora	Rating	2018				2017			
				Ativo (b)	Passivo	Líquido	Ativo (b)	Passivo	Líquido		
Local I	Standard & Poor's	A+		192	-	192	305	-	305		
Local II	AM Best	A-		5.087	20	5.067	4.936	100	4.836		
Admitida I	Standard & Poor's	A+		991	227	764	1.001	195	806		
Admitida II	Standard & Poor's	A+		26.617	482	26.135	38.978	8.961	30.017		
Admitida III	Standard & Poor's	AA-		3.219	737	2.482	3.255	635	2.620		
Admitida IV	Standard & Poor's	AA-		1.155	264	891	1.168	228	940		
Admitida V	Standard & Poor's	AA-		1.929	378	1.551	1.669	325	1.344		
Admitida VI	Standard & Poor's	A		128.375	5.781	122.594	98.661	3.880	94.781		
Eventual I	AM Best	A		-	16.045	(16.045)	7.110	19.436	(12.326)		
Eventual III	Moody's	Baa1		3.337	2.113	1.224	522	6.326	(5.804)		
Eventual IV	Fitch	A-		449	1.712	(1.263)	256	601	(345)		
Total				171.351	27.759	143.592	157.861	40.687	117.174		

(a) O rating das resseguradoras estrangeiras foi extraído do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enquanto que os das resseguradoras locais foram extraídos das agências certificadoras. (b) O valor está composto pela "Provisão de sinistros a liquidar" mais a rubrica "Operações com resseguradores". A Resseguradora não considera os prêmios estimados para composição da nota, uma vez que eles não são líquidos e certos. Durante o exercício, não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não foi constatada evidência objetiva de deterioração em passivos de retrocessão. Não foram identificadas evidências objetivas para constituição do impairment de resseguro e/ou retrocessão.

Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de que uma entidade enfrente dificuldades em honrar suas obrigações associadas aos instrumentos financeiros. A Resseguradora dispõe das seguintes políticas e procedimentos visando mitigar sua exposição a risco de liquidez: A política da Resseguradora está baseada em manter saldos em tesouraria com valores suficientes para cobrir qualquer eventualidade derivada de suas obrigações com cedentes, retrocessionários, fornecedores e prestadores de serviço. A política de investimentos a respeito das operações de resseguros consiste no casamento dos vencimentos das aplicações com as obrigações contraiadas pelos contratos de resseguros. Com objetivo de minimizar a exposição a este risco, adicionalmente, a maioria das aplicações de renda fixa são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional com elevada qualificação de liquidez.

Ativo	2018				2017			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalente de caixa	17.929	-	-	17.929	12.175	-	-	12.175
Aplicações (*)	72.169	81.576	238.854	392.599	120.490	12	275.551	396.053
Créditos das operações com seguros e resseguros	139.510	-	-	139.510	126.545	-	-	126.545
Ativos de resseguros	51.559	144.093	82.552	278.204	55.413	156.508	79.903	291.824
Títulos e créditos a receber	17.636	-	-	17.636	15.954	-	-	15.954
Despesas antecipadas	9	-	-	9	9	-	-	9
Total ativo	298.812	225.669	321.406	845.887	330.586	156.520	355.454	842.560
Passivo								
Contas a pagar	2.457	-	-	2.457	15.568	1.261	-	16.829
Débitos das operações com seguros e resseguros	39.559	-	-	39.559	48.568	-	-	48.568
Depósito de terceiros	15.805	-	-	15.805	1.727	-	-	1.727
Provisões técnicas - resseguradoras	198.758	274.830	129.517	603.105	207.053	281.909	114.790	603.752
Total passivo	256.579	274.830	129.517	660.926	272.916	283.170	114.790	670.876

(*) Existem saldos registrados nos fundos de investimentos classificados como "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", com vencimentos superiores a 1 ano, que podem ser negociados, se necessário for, antes mesmo de seu vencimento.

Risco de mercado: Risco de mercado consiste no risco de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço). A política da Resseguradora para risco de mercado estabelece a realização periódica de análise de sensibilidade do valor da carteira de aplicações ao risco de mercado através do Comitê de Investimentos. (a) **Risco de taxa de câmbio:** risco de moeda é o risco de flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. As transações da Resseguradora são realizadas em reais. Para o risco de moeda, a Resseguradora mantém avaliação sobre o risco de descasamento de saldos ativos e passivos em moeda estrangeira. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas (diferença entre ativos e passivos de operações em moeda estrangeira), com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 31 de dezembro de 2018, a Resseguradora possui uma exposição líquida ativa em moeda estrangeira na ordem de R\$ 6.955 (R\$ 27.064 em 2017). (b) **Risco de taxa de juros de mercado:** o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento

financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a risco de juros a valor justo. **Sensibilidade a taxas de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Resseguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos financeiros mantidos até o vencimento", são ativos que não serão resgatados antes do seu vencimento, uma vez que a Companhia possui plena capacidade financeira de mantê-los até o seu final. Ainda sim, os títulos classificados nessa categoria não foram excluídos da base para a análise de sensibilidade. Do total de R\$ 392.599 (R\$ 396.053 em 2017) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas no valor de R\$ 72.197 (R\$ 74.228 em 2017), R\$ 28.781 (R\$ 27.959 em 2017) são ativos classificados como "Ativos financeiros mantidos até o vencimento", e o restante de R\$ 363.818 (R\$ 368.094 em 2017), são ativos classificados como "Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado".

Impacto no patrimônio líquido/resultado

Fator de risco	NTN-B		NTN-F		LFT		Operações compromissadas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Elevação da taxa de juros	174	167	114	112	2.916	2.939	722	742
Redução da taxa de juros	(174)	(167)	(114)	(112)	(2.916)	(2.939)	(722)	(742)

Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de fatores externos exceto riscos de crédito, mercado e liquidez (como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial). A Resseguradora em consonância com sua matriz MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas.

18. DETALHAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO

a) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição são:

	Prêmio ganho		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Patrimonial	119.637	104.357	131	136	4	3
Riscos financeiros	23.460	28.512	(41)	(101)	-	-
Habitacional	7.627	11.514	(68)	36	-	-
Pessoas individual	12.208	8.807	179	12	-	-
Pessoas coletivo	10.006	14.784	173	175	5	1
Transportes	7.165	9.806	(35)	54	6	3
Responsabilidade civil	4.163	2.183	130	(64)	2	3
Rural	1.607	1.233	119	97	8	11
Automóvel	1.353	1.351	22	(47)	9	8
Marítimos	475	793	5	(443)	10	3
Aeronáuticos	-	219	(2.546.064)	1.174	-	-
Petróleo	-	127	-	(4.449)	-	-
Total	187.701	183.686	97	77	3	2

b) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição líquido das operações de retrocessão estão apresentados na tabela abaixo:

	Prêmio ganho líquido de retrocessão (*)		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Patrimonial	94.348	70.966	88	72	5	4
Pessoas individual	12.203	8.807	134	12	-	-

—☆ continuação

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - CNPJ 01.396.770/0001-68**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)**

	2018	2017
g) Despesas administrativas:		
Com pessoal próprio e encargos sociais	(6.753)	(7.825)
Com serviços de terceiros	(1.094)	(855)
Com localização e funcionamento	(708)	(852)
Com donativos e contribuições	(373)	(236)
Com depreciação/amortização	(266)	(238)
Com publicações	(145)	(134)
Com publicidade e propaganda	(33)	(1)
Outras despesas administrativas	(58)	(62)
Total	(9.430)	(10.203)
h) Despesas com tributos:		
COFINS	(6.022)	(5.590)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.038)	(964)
PIS	(1.007)	(939)
Impostos municipais	(37)	(32)
Impostos estaduais	(15)	(22)
Contribuição sindical	(1)	(55)
Impostos federais	-	(3)
Outros	(2)	-
Total	(8.122)	(7.605)
i) Resultado financeiro:		
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa	24.610	35.991
Receitas com oscilação cambial	31.044	18.879
Outros	1.716	829
Total	57.370	55.699
Despesas		
Despesas com oscilação cambial	(27.896)	(19.119)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(371)	(185)
Juros SELIC sobre provisão de PIS e COFINS	(148)	(185)
Total	(28.415)	(19.489)
j) Outras receitas e despesas:		
Outras despesas com operações de resseguro (*)	(7.682)	(2.780)

(*) Trata-se de despesas incidentes nos pagamentos de lucros atribuídos sobre o resultado dos contratos de resseguro.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as apuráveis de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes dos impostos e participações	35.792	48.136	35.792	48.136
Juros sobre o capital próprio	(11.404)	(12.242)	(11.404)	(12.242)
Participações	(796)	(820)	(796)	(820)
Resultado ajustado	23.592	35.074	23.592	35.074
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	(40)	19	(40)	19
Outras provisões	(594)	761	(594)	761
Ajustes RTT	(124)	(124)	(124)	(124)
Adições (exclusões) permanentes:				
Brindes	33	-	33	-
Donativos e contribuições	280	236	280	236
Outras	110	18	110	18
Lucro fiscal do exercício	23.257	35.984	23.257	35.984
Total de imposto de renda e contribuição social	(5.790)	(8.972)	(4.651)	(7.197)
Tributos sobre adições temporárias	(190)	164	(152)	131
Incentivos fiscais				
Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	55	32	-	-
Incentivo à cultura e esporte	174	158	-	-
Fundo do direito da criança e do adolescente	35	39	-	-
Fundo do idoso	35	39	-	-
PRONON	35	-	-	-
Total dos impostos	(5.646)	(8.540)	(4.803)	(7.066)
Taxa efetiva	24,28%	23,73%	20,65%	19,64%

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Resseguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 120 (R\$ 132 em 2017). b) Em 31 de dezembro de 2018, a Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Conforme Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, a Resseguradora sofrerá redução da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2019.

b) A Resolução CNSP nº 368, de 13 de dezembro de 2018, alterou a Resolução CNSP nº 368, de 15 de julho de 2015, alterou algumas regras de cálculo do capital de riscos que passará a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019, cujos impactos estão sendo estudados pela Resseguradora.

DIRETORIAJavier Sanchez Cea - **Diretor-Presidente**Fredri Martins Curquejo - **Diretor Administrativo-Financeiro**Ramón Aymerich Portuondo - **Diretor Técnico****CONTADORA**

Valdirene Veiga da Silva - CRC 1SP200328/O-7

ATUÁRIO

Fabio Marcondes de Sousa - MIBA nº 1360

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTESAos Administradores e aos Acionistas da **MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros**

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("Resseguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária-IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Resseguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Resseguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas,

dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Resseguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

KPMG KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48

Joel Garcia
Atuário - MIBA 1131

Anexo I - MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros - (Em milhares de Reais)

1. Provisões técnicas, ativos de retrocessão e créditos com retrocessionários	31/12/2018
Total de provisões técnicas auditadas	603.105
Total de ativos de retrocessão	278.204
Total de créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros	24.749
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2018
Provisões técnicas auditadas (a)	603.105
Valores redutores auditados (b)	290.344
Total a ser coberto (a-b)	312.761
3. Demonstrativo do capital mínimo	31/12/2018
Capital-base (a)	60.000
Capital de risco (CR) (b)	59.033
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	60.000
4. Demonstrativo da solvência	31/12/2018
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	190.816
Exigência de capital (CMR) (c)	60.000
Suficiência/(insuficiência) do PLA (d = a + b - c)	130.816
Ativos garantidores (e)	392.599
Total a ser coberto (f)	312.761
Suficiência/(insuficiência) dos ativos garantidores (g = e - f)	79.838
Ativos líquidos (h)	79.838
Capital de risco (CR) (i)	59.033
Índice de liquidez em relação ao CR % (h / i)	135,24%
(*) O índice de liquidez em relação ao capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (grupos de ramos SUSEP)	31/12/2018
01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22	4.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da

MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras,

a não ser que a Administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

